

Estudo diacrônico da colocação pronominal em complexos verbais na escrita do PB e do PE (séculos XIX e XX)

Diachronic study of pronoun placement in verbal complexes in BP and EP writing (XIX and XX centuries)

Recebido em 28 de setembro de 2015. | Aprovado em 13 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.192>

Carla da Silva Nunes¹

Resumo: Este artigo trata do tema da colocação do clítico “se” em complexos verbais nas amostras brasileira e europeia. Vale-se de *corpus* da modalidade escrita de editoriais, notícias e anúncios produzidos nos séculos XIX e XX. Com base na sociolinguística laboviana, desenvolve-se o tratamento estatístico dos dados provido pelo Goldvarb-X. Investigam-se, então, as trajetórias dos diferentes tipos de “se”, para se atestar as possíveis semelhanças e diferenças entre as escritas brasileira e europeia. Além disso, verifica-se se o comportamento dos dados reflete a existência de uma regra variável. Assim, analisam-se os possíveis condicionamentos linguísticos favorecedores de cl V1 V2 (*se pode fazer*), V1-cl V2 (*pode-se fazer*), V1 cl V2 (*pode se fazer*) e V1 V2-cl (*pode fazer-se*). Observa-se que a escrita, por vezes, aproxima as normas, como no contexto de início absoluto de período/oração, em se que recusa a próclise a V1 nas duas amostras, e aos complexos participiais, que não registram dados de ênclise a V2. Os padrões cultos escritos brasileiro e europeu assemelham-se, especificamente, no caso do indeterminador, nos dois séculos em questão. Por outro lado, o uso do reflexivo parece ser a questão central na diferenciação entre as duas normas estudadas. Enquanto os brasileiros parecem vincular suas escolhas aos tipos de “se”, em que o reflexivo tende a figurar adjacente a V2 (inclusive em próclise) e o indeterminador adjacente a V1, os europeus o fazem de forma mais suave e parecem relacionar suas escolhas também à forma do verbo principal e à presença de “proclisador”, especialmente com o indeterminador. A atuação do “proclisador” com o reflexivo é branda também no PE, mesmo assim, um pouco mais efetiva do que no PB. Ao final do século XX, as diferenças evidenciam-se ainda mais quando se registra o aumento da próclise a V2 no Brasil. No PE a variante não é empregada.

Palavras-chave: sociolinguística; cliticização; morfossintaxe; ordem dos pronomes; variação.

Abstract: This article deals with the issue of placement of clitic “se” in verbal complex in Brazilian and European samples. It works with writing ‘editorials’, ‘news’ and ‘announcements’ produced in the nineteenth and twentieth centuries. Based on Labovian sociolinguistics, it develops the processing of the data provided by Goldvarb -X. This work investigates, then, the trajectories of different kinds of “se”, to attest the possible similarities and differences between Brazilian and European writings. Moreover, it verifies that the behavior of the data reflects the existence of a variable rule. Thus, we analyze the possible favoring linguistic constraints of “cl V1 V2 (*se pode fazer*)”, “V1-cl V2 (*pode-se fazer*)”, “V1 cl V2 (*pode se fazer*)” and “V1 V2-cl (*pode fazer-se*)”. It is observed that the writing sometimes doesn’t differ the standards as the absolute initial context period/sentence in that refuses proclisis to V1 in both samples, and also to participial complexes, that do not register enclitic data to V2. The Brazilian and European standards written resemble specifically in the case of “se indeterminador” in both studied centuries. On the other hand, the use of “se reflexivo” seems to be the central issue in differentiating the two studied standards. While Brazilian seems to associate their choices to the types of “se”, in that “reflexivo” tends to adjacent to V2 (including

¹ Doutora em Língua Portuguesa, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. carla.s.nunes@gmail.com.

in proclisis) and “indeterminador” figures adjacent to V1, European do it more smoothly and seems to relate their choices also to the form of the main verb and to the presence of “proclisador”, especially with “indeterminador”. The performance of “proclisador” with “se reflexivo” is also lenient in PE, but a little more effective than in BP. At the end of the twentieth century, the differences show up even more when it is registered a proclisis to V2 increase in Brazil. In EP the variant is not employed.

Keywords: sociolinguistics; cliticization; morphosyntax; pronoun placement; variation.

Introdução

Objeto de estudo

A ordem do clítico “se” em estruturas com complexos verbais² com base na modalidade escrita do Português do Brasil (doravante PB) e do Português Europeu (doravante PE) configura o objeto de estudo central desta pesquisa. Para a investigação, utilizaram-se textos dos gêneros editoriais, notícias e anúncios produzidos em jornais nos séculos XIX e XX. Por meio de uma abordagem diacrônica que compreende o referido período, o estudo segue a linha da Teoria da Variação Laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, doravante WLH; LABOV, 1972; 1994), ocupando-se de todas as etapas da pesquisa sociolinguística, desde a coleta de dados até a análise estatística e interpretação dos resultados. As quatro variantes que compõem a variável dependente investigada são as seguintes: próclise a V1 (*se pode respeitar*), ênclise a V1 (*pode-se respeitar*), próclise a V2 (*pode se respeitar*) e ênclise a V2 (*pode respeitar-se*). Por hipótese, a variedade europeia não registraria casos de próclise a V2, já que essa não seria – conforme testemunham os estudos anteriores sobre o tema e as próprias gramáticas descritivas portuguesas (cf. MATEUS *et alii*, 2003) – pertencente ao PE.

Dessa forma, haveria quatro variantes possíveis na amostra brasileira, enquanto, na europeia, as variantes se reduziriam a três. Em pesquisa anterior a esta, que resultou na dissertação de mestrado de Nunes (2009), considerando o comportamento de todos os clíticos em estruturas verbais complexas em amostras brasileira e europeia dos séculos XIX e XX, verificou-se, na escrita produzida no Brasil, além de casos de próclise a V2, em crescimento nos textos no decorrer do século XX, o uso das demais variantes, em frequência distinta a depender do período sob análise. Na transição entre os séculos XIX e XX, registrou-se, por exemplo, um aumento no uso da variante proclítica a V1, o que representaria, conforme proposta de Pagotto (1992), uma evidência de reprodução do padrão europeu na escrita brasileira, o qual serviu de modelo para a instituição da norma gramatical brasileira. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que o fenômeno pesquisado revela, de forma emblemática, acima de tudo, o comportamento das normas de uso brasileiras e europeias no que se concebe como padrão culto escrito.

Após a observação de diversas pesquisas a respeito da colocação pronominal na língua portuguesa em construções com complexos verbais, avaliou-se que os resultados gerais apresentados não pareciam suficientes para dar conta de toda a descrição linguística do fenômeno, especialmente no que se refere à forma pronominal “se”.

Em nível diacrônico, embora se encontrem variadas investigações da ordem dos clíticos, é preciso salientar que nem todas se dedicaram à colocação em estruturas verbais complexas e pouquíssimas realizaram uma análise empírica aprofundada sobre a trajetória percorrida por cada forma pronominal do “se”, em separado, o que acaba por não enfatizar os padrões de mudança detectados em cada tipo de clítico, especialmente nas estruturas verbais complexas.

É nesse sentido que a presente pesquisa busca verificar se os padrões de ordem dos clíticos já atestados se manifestam indistintamente também no caso do clítico “se” em suas diversas funções. Dos estudos diacrônicos ou de sincronias passadas tomados como referência (cf. seção de Revisão Bibliográfica), pode-se propor que as estruturas com “se”, consoante às funções de apassivador, indeterminador e reflexivo/inerente, podem concretizar opções diferenciadas de colocação; essas também acarretam implicações para a aproximação ou o distanciamento entre as normas escritas brasileira e europeia. Resumidamente, os resultados encontrados nas obras apresentadas a seguir revelaram que a colocação do “se” na escrita lusitana tendia a figurar primordialmente em função dos condicionamentos morfossintáticos da chamada atração pronominal; de outro lado, notou-se que a ordem do clítico em questão na escrita brasileira parecia estar relacionada também aos condicionamentos morfossintáticos, mas de forma especialmente sensível ao tipo de “se”.

Com base na perspectiva diacrônica, cumpre salientar que o questionamento central desta pesquisa, de natureza sociolinguística, se relaciona ao fato de se investigar se os textos brasileiros e europeus apresentam a mesma trajetória para cada tipo de “se” em complexos verbais, ao longo dos séculos XIX e XX. Até hoje, permanece evidente que, embora o chamado Português do Brasil e o Português Europeu concretizem na fala vernacular, a naturalmente adquirida, padrões distintos de colocação em geral, a escrita concretiza padrões muito diferentes da

² Para os limites deste trabalho, compreende-se como complexo verbal toda expressão constituída de duas ou mais formas verbais que representam uma unidade sintagmática com certa integração sintático-semântica.

fala, o que aproxima e, em algumas construções, até iguala os dados brasileiros e europeus. Desse modo, os resultados apresentados sempre estarão vinculados fundamentalmente ao comportamento da norma em cada subamostra, a dos textos brasileiros e a dos textos europeus, e não ao da gramática vernacular do PB e do PE como um todo.

Problematização

Assim, as questões da investigação variacionista sobre a colocação pronominal do “se” em complexos verbais podem ser formuladas da seguinte forma:

- a. Os textos brasileiros e europeus apresentam uma mesma trajetória para cada tipo de “se” em complexos verbais, ao longo dos séculos XIX e XX?
- b. Em que se assemelham e/ou se diferenciam as amostras quanto à colocação pronominal das construções com a forma pronominal “se”?
- c. A observação dos dados dos séculos XIX e XX do Português revela, em cada amostra, uma manutenção e/ou alteração do padrão culto escrito consoante cada tipo de “se”?
- d. Os padrões detectados nos textos escritos refletem a mudança linguística em direção ao que outros estudos, que se ocupam da variação paramétrica ou da competição de gramáticas, propõem ser o parâmetro brasileiro de colocação pronominal (PB vernacular), diferentemente do que se concebe como parâmetro europeu de colocação?

Se confirmado que os diferentes tipos de “se” apresentam histórias distintas quanto à colocação, interessa averiguar de que maneira isso se dá em cada amostra linguística do português. Se atestada, ainda, a existência da regra variável nas duas amostras, investiga-se qual(is) e de que maneira as variáveis independentes estabelecidas para esta pesquisa podem influenciar na posição do “se” em suas diferentes funções.

Hipóteses

Em relação à formulação das hipóteses gerais para a pesquisa, estudos anteriores (cf. seção 2) observaram que o século XX demonstra ser uma época importante para que se ateste, de forma mais clara, a implementação dos indícios de mudança linguística que se refletem nos padrões da escrita brasileira. Postula-se, com isso, que, nas décadas finais desse século, se tornaria evidente no Brasil um padrão diferente do europeu, ainda que sutil em alguns contextos, por se tratar da modalidade escrita.

A descrição da totalidade dos dados em termos diacrônicos, que apresentará toda a trajetória do fenômeno no período em análise, evidenciará, de um lado, uma aproximação da escrita brasileira com a europeia, especialmente em fins do século XIX (cf. PAGOTTO, 1998), e, de outro, um forte distanciamento em fins do século XX. A escrita brasileira, na transição de um século para outro, tenderia a reproduzir padrões europeus, como o uso da variante proclítica a V1 ou enclítica a V2. Por outro lado, a amostra brasileira apresentaria padrão distinto do verificado na europeia a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da década de 30, época em que o Modernismo surge no Brasil (cf. SCHEI, 2003), tendo como consequência a busca por uma identidade nacional, o que se refletiria na escrita da imprensa. Como resultado, a variante proclítica a V2, ainda discreta na escrita do Brasil no século XIX, tenderia a ser um pouco mais produtiva nos textos brasileiros, enquanto a colocação pronominal em Portugal estaria sempre relacionada a motivações estruturais bem definidas, como, por exemplo, o emprego da variante proclítica a V1 diante da presença de um “proclisador”.

Supõe-se que a diferença de padrão entre a escrita produzida no Brasil e em Portugal apresentaria comportamento particular em função do tipo de “se”. Especialmente quando se tratar do “se” reflexivo/inerente, diferentemente do que ocorre em Portugal, na variedade brasileira tenderia a se adjungir procliticamente a V2, o verbo que lhe confere papel semântico. Já o “se” indeterminador tenderia a se posicionar adjacente a V1 (especialmente quando se tratar de um modal, como no exemplo “*deve-se dormir cedo*”), de forma semelhante ao apassivador. Se as hipóteses se confirmarem, os resultados permitirão propor que a colocação do “se” indeterminador/apassivador, em vez de evidenciar alguma mudança entre a escrita brasileira e a europeia,

demonstraria um comportamento semelhante nas duas variedades e períodos investigados, de modo que a alteração dos padrões de colocação no Brasil e em Portugal (que, nesse caso, refletiriam as mudanças gramaticais gerais, de que o Brasil assumiria a próclise ao verbo principal) só seria observável efetivamente no caso do “se” reflexivo/inerente ligado tematicamente a V2.

1. Metodologia

1.1 - Descrição do corpus

O *corpus* constitui-se de dados de três diferentes gêneros textuais, publicados em jornais dos séculos XIX e XX, a saber: editoriais, notícias e anúncios. Uma parte do *corpus*, que contempla tanto textos brasileiros quanto europeus, encontra-se disponível no banco de dados do *site* do projeto Varport (www.lettras.ufrj.br/varport), enquanto a outra parte é composta, no caso de textos europeus, por dados extraídos de diversos jornais arquivados na Biblioteca Nacional de Portugal – por ocasião de uma das etapas realizadas durante o estágio-sanduíche do doutorado em Lisboa –, no *site* hemerotecadigital.cm-lisboa.pt, além de arquivos digitalizados cedidos pela redação do jornal português “Diário de notícias”, e, no caso de dados brasileiros, por jornais arquivados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e armazenados no banco de dados encontrado no link hemerotecadigital.bn.br.

O material encontra-se organizado de acordo com a segmentação de cada século dividido em 7 fases, da seguinte forma: fase 1 (1808-1840), fase 2 (1841-1870), fase 3 (1871-1890), fase 4 (1901-1924), fase 5 (1925-1949), fase 6 (1950-1974) e fase 7 (1975-2000). Toda a coleta realizada gerou o total de dados exposto a seguir:

<i>Amostra brasileira</i>	<i>Amostra europeia</i>	<i>Total</i>
803 dados	1029 dados	1832 dados

Tabela 01. Número total dos dados de clítico “se” em complexos verbais por amostra – brasileira e portuguesa.

1.2 - Etapas do trabalho

O trabalho perpassa todas as etapas concernentes à pesquisa sociolinguística, a saber: (i) a definição da variável dependente, com a consequente escolha dos contextos de complexos verbais a serem contemplados; (ii) a determinação das variáveis independentes – extralinguísticas e linguísticas; e (iii) o tratamento variacionista dos dados – da coleta de dados de “se” em complexos verbais, codificação e tratamento das ocorrências coletadas até a interpretação/análise dos resultados.

1.3 - O clítico “se”: diferentes tipos

Na língua portuguesa, o pronome “se” pode apresentar diferentes funções, a depender do contexto morfossintático em que se encontra. O presente trabalho reconhece a árdua tarefa de categorizar os diferentes tipos de “se” na língua portuguesa, por isso recorre a algumas publicações que destacam a complexidade em lidar com a delimitação desse clítico. Jairo Nunes, em 1990, já assinalava em sua dissertação a sua inquietação na classificação do apassivador e do indeterminador, a saber:

Devido a sua variada gama de funções, os clíticos anafóricos sempre têm ocupado posição de relevo no universo de estudos linguísticos, em particular no âmbito das diversas versões da gramática gerativa-transformacional. Essa posição de destaque se faz presente mesmo no curso secundário: todo estudante de segundo grau vez por outra enfrenta as agruras da “classificação das funções da palavra se”. (NUNES, 1990, p. 2).

Tendo em vista as possíveis dificuldades apontadas acerca da definição do tipo de “se” na língua portuguesa, especialmente no que tange à questão da colocação pronominal, esta subseção exibirá as características relativas à função, estrutura dos tipos de “se” estudados na pesquisa, quais sejam a indeterminadora, apassivadora além da reflexiva/inerente.

(i) “se” indeterminador

O “se” de natureza indeterminadora ou ‘clítico argumental de referência arbitrária’ (“se” nominativo, cf. MATEUS *et alii*, 2003) precisa estar associado a um verbo ou complexo verbal de predicação intransitiva para apresentar tal característica. O sujeito associado a esse clítico é interpretado como indefinido e não-específico, podendo ser parafraseado no contexto por expressões nominais como “alguém”, a saber: “Quando retornou ao poder, sufragado em pleito disputadíssimo, supôs que poderia dar remédio aos males que afligiam a população de um país que só nestes últimos vinte anos deu conta de que também na terra de santa cruz se pode morrer de inanição, como na Índia e na China, coisa que jamais passara pela cabeça dos habitantes do nosso país.” [Amostra brasileira – editorial fase 6].

Com base em Pagotto (1992), Schei (2003) e Nunes (2009), supõe-se que o indeterminador apresenta a tendência de figurar na adjacência de V1, proclítica ou encliticamente.

(ii) “se” apassivador

O “se” apassivador apresenta como principal característica acompanhar um verbo ou complexo verbal de predicação transitiva. Também designado como ‘clítico com estatuto argumental e funcional’ em Mateus *et alii* (2003), o “se” apassivador apresenta como argumento interno direto do verbo (com traços de terceira pessoa gramatical) um elemento com relação gramatical de sujeito, sendo este último o responsável por controlar/ estabelecer a concordância verbal na sentença, a saber: “Existem muitas imitações. Para evitá-las, não se devem aceitar senão **os frascos** que levam sobre o involucre exterior a assinatura de Raquin e o selo oficial (em azul) do governo francez.” [Amostra brasileira – anúncio fase 3]. Os estudos anteriores mostram que o “se” apassivador compartilha algumas características do indeterminador. Com isso, também tenderia a se ligar ao verbo (semi)auxiliar, ou em próclise ou em ênclise.

Embora se tenha realizado a codificação dos dados de “se” indeterminador e apassivador em separado (pressupondo um possível comportamento diferenciado especialmente em dados do início do século XIX e principalmente em amostras portuguesas), decidiu-se apresentar esses dados, nos resultados gerais da pesquisa, em conjunto, devido às características que se equivalem dentro do fenômeno em questão. Além disso, o “se” indeterminador não figurou com muita frequência no *corpus*, o que inviabilizaria, metodologicamente, a análise em separado. Tal apreciação em conjunto mostra-se bastante produtiva em outras obras, como as de Nunes (2009), Schei (2003), Vieira (2002), dentre outros. Schei (2003), a respeito do assunto, advoga que em sua análise realizou a distinção apenas entre dois tipos de “se”, ao que chamou de ‘indeterminador’ (conjuntamente com o apassivador) e ‘reflexivo’. A respeito disto, a autora reforça:

A gramática normativa faz diferença entre se indeterminador do sujeito, que ocorre em verbos intransitivos, e se apassivador, que ocorre com verbos transitivos, mas aqui consideramos os dois tipos como exemplos de se indeterminador (como, p. ex., Said Ali (1957:92-96) e Ikeda (1977)). (...) Os demais casos com se serão classificados como se reflexivo, tanto o se reflexivo propriamente dito, como o se de verbos pronominais. (SCHEI, 2003, p. 27).

Assume-se, a partir de então, para a análise dos resultados deste trabalho, a divisão do “se” em dois conjuntos, a indeterminadora/apassivadora (ou apenas “indeterminadora”) e a reflexiva/inerente. Assim, a presente pesquisa norteia-se na análise comparativa entre o “se” indeterminador e o “se” reflexivo/inerente.

(iii) “se” reflexivo/inerente

O “se” com função reflexiva identifica os pronomes pessoais átonos que pertencem à mesma pessoa do sujeito da oração (*ele se penteou*) ou que exprimem valor recíproco (*eles se abraçaram*). É quando o agente e o paciente correspondem a um único elemento, já que o sujeito executa uma ação reversiva sobre si mesmo, a saber: “Quem dele souber poderá dirigir-se à casa de Pasto Franceza.” [Amostra brasileira – anúncio fase 1]. Trata-se, portanto, de um clítico argumental, associado às posições de complementos verbais.

Além disso, considera-se, ainda, no mesmo conjunto de dados, o clítico “se” que é parte integrante dos verbos pronominais, como o que se observa em: “Hoje tentou suicidar-se o sr. Silva dono d’uma loja de retrozeiro, no

seu arruamento" [Amostra europeia – notícia fase 2]. Segundo Mateus *et alii* (2003, p. 843), trata-se de um 'clítico sem conteúdo semântico ou morfo-sintático', clíticos "que não estão associados a qualquer posição argumental ou de adjunto e em que o clítico não pode ser interpretado como uma partícula destransitivizadora".

2. Revisão Bibliográfica: trajetória da ordem dos clíticos segundo outras pesquisas diacrônicas

Para a sistematização da trajetória dos clíticos na língua portuguesa, adotou-se a seguinte divisão: (i) séculos XVI a XVIII, com base nos resultados do Português Clássico; (ii) séculos XIX e XX, com base nos resultados do PB; e (iii) séculos XIX e XX, com base nos resultados do PE.

- (i) Do período que compreende os séculos XVI ao XVIII, tomando-se por base a análise do Português Clássico, destacam-se, nesta pesquisa, os estudos de Pagotto (1992), Martins (1994), Cyrino (1996) e GBPS (2005);
- (ii) Do período que compreende os séculos XIX e XX, tomando-se por base a análise de dados do Português do Brasil, destacam-se Cyrino (1996), Lobo (2001), Nunes (2009), Cassimiro (2010), além de Carneiro (2005) e Martins (2009), que também assumem a nomenclatura referente ao período anterior como Português Clássico. Já GPBS (2005), além de não considerar os complexos verbais, trata das ocorrências dos escritores do período do Português Clássico e apenas um do século XIX (1836), razões pelas quais não se julga viável propor generalizações com base em tais resultados na sistematização do chamado Português do Brasil;
- (iii) Do período que compreende os séculos XIX e XX, tomando-se por base a análise de dados do Português Europeu, destacam-se Lobo (2001), Nunes (2009), Martins (2009) e Cassimiro (2010).

2.1 - O Português dos séculos XVI ao XVIII: O Português Clássico

A análise realizada em Pagotto (1992) revela que, para todo o período do Português Clássico, a tendência da colocação pronominal era majoritariamente a de próclise a V1 (tanto em contextos com atração como em contextos sem atração pronominal), seguida de ênclise a V2, especialmente quando não havia elementos "proclisadores". Diante de contexto com atração pronominal, na escrita do Português Clássico figuravam apenas as variantes cl V1 V2 e V1 V2-cl até a segunda metade do século XVIII, quando, a partir de então, se registram a próclise a V2 e a ênclise a V1.

Pagotto (1992) busca encontrar uma explicação para os padrões atuais de colocação pronominal do PB a partir do importante fenômeno da subida do clítico, que era bastante produtivo no Português Clássico, e investiga sua redução no período atual do PB. Ele acredita na hipótese de que as construções com infinitivo que admitiam a subida de clítico, associada a uma perda do movimento do verbo nas infinitivas (dado o enfraquecimento de AGR), tenham iniciado o processo de mudança no padrão da cliticização do português. O autor destaca, ainda, que a anteposição do clítico aos elementos de negação (a interpolação) reforça a ideia do movimento do clítico.

O autor mostra que, entre os séculos XVI e XVIII, o padrão de cliticização ao primeiro verbo não apresentava distinção entre verbos mais auxiliares e estruturas de encaixamento. Pode-se estabelecer, então, que um clítico podia subir da sentença mais baixa para uma sentença mais alta, especialmente em construções com os verbos 'querer', 'mandar', aspectuais + preposição, e da sentença mais alta para uma sentença mais baixa, especialmente com verbos modais, gerúndio e participio.

A maior preocupação de Pagotto é dar conta de como, a partir do Português Clássico, que apresentava o padrão de cliticização de colocação da próclise a V1, se originou o Português do Brasil, cujo padrão atual de colocação emprega a próclise ao verbo principal (VP). O autor busca, então, demonstrar como esta posição já estava disponível naquele período, mesmo que não ocupada pelo clítico por alguma imposição restritiva da gramática. Segundo o autor, "a próclise é generalizada porque se houvesse ênclise o estatuto desta categoria mista seria alterado" (p. 155). Pagotto observa que, ainda hoje, a posição de AGR está disponível e é para onde o verbo se move, mas ela seria incompatível com os atuais clíticos, cuja categoria não se coaduna com concordância no PB.

É importante destacar que, no estudo de Pagotto, os dados de próclise ao verbo principal não são encontrados até a segunda metade do século XVIII, enquanto, nas estruturas com verbos simples, os índices de próclise ultrapassam o índice de 80% na mesma época, o que denota que a mudança pode ter se iniciado nas estruturas de um único verbo. Resultados convergentes foram encontrados entre os séculos XIII ao XVI na pesquisa de Martins (1994), que também não registrou qualquer dado de próclise a V2 no período sob análise, em documentos não literários (notariais).

A autora observa que há uma preferência na amostra pela ligação a V1 e raras são as ocorrências de ligação a V2 (todas em ênclise). O clítico se adjunge ao verbo auxiliar sempre em próclise diante de elementos subordinativos e partículas de negação ou em ênclise a V1 categoricamente quando em início absoluto de oração, na presença de preposição ou advérbio no interior do complexo verbal, separando o clítico do infinitivo (V2).

Cyrino (1996), assim como Pagotto, observa que, na escrita de peças teatrais, o início do processo de mudança para o padrão V1 cl V2 começa a se estabelecer antes mesmo do século XIX. A autora sugere, ainda, que a ênclise a sentenças-raiz seria um padrão da gramática do Português Clássico, o que lhe permite propor que pode ter havido uma reanálise, nos grupos verbais, em que a ênclise ao primeiro verbo passa a ser entendida/"ouvida" como próclise ao segundo verbo, o que, por sua vez, pode estar relacionado aos padrões rítmicos da fala.

No que tange, especialmente, às lexias verbais simples, GBPS (2005) apontam oscilações no uso das variantes proclítica e enclítica até o início do século XVIII. Após esse período, o *corpus* revela uma tendência à colocação da ênclise, que perdura até o século XIX, quando se começava a delinear um padrão diferenciado para a variedade brasileira da língua portuguesa e outro para a europeia.

Até agora, observa-se que a próclise já não era novidade no período clássico do Português, tanto nas lexias verbais simples quanto nas complexas. Ressalte-se, contudo, que, nas estruturas com complexos verbais, os primeiros registros da variante proclítica a V2 datam do século XVIII nas pesquisas de Pagotto e Cyrino. Antes desse período, havia tendência ao emprego das variantes proclítica a V1, seguida da ênclise a V1 e a V2. No que se refere especificamente ao comportamento da forma pronominal "se", objeto de especial interesse neste trabalho, Pagotto observa a importância do tipo de "se" para o fenômeno da colocação pronominal, embora não tenha se aprofundado na questão. Dessa forma, os resultados apresentados ainda não são suficientes para generalizações acerca da ordem do "se" em complexos verbais.

2.2 - O Português dos séculos XIX e XX: O Português do Brasil

A pesquisa de Cyrino (1996) mostra que, no período entre os séculos XIX e XX, há uma queda da ênclise tanto ao verbo principal quanto ao verbo auxiliar, além da redução da próclise a V1, o que, conseqüentemente, gera o aumento da variante proclítica a V2, confirmando tendências iniciadas já no Português Clássico. Os resultados revelam que a próclise a V2 passa a ser mais frequentemente empregada na primeira metade do século XIX, enquanto no século XX a variante passa a ser categórica. Com isso, a autora generaliza que o clítico se coloca fixo ao verbo mais baixo do complexo verbal como tendência geral a partir do século XX. Em Lobo (2001), cujo *corpus* utiliza cartas particulares de brasileiros e portugueses produzidas no século XIX, também se registra a próclise a V2, embora ainda com baixos índices percentuais; a próclise ao verbo auxiliar continuava a ocorrer em metade do *corpus*, especialmente após contextos de atração.

A análise de Carneiro (2005), baseada em cartas escritas no Brasil por brasileiros e portugueses no século XIX, segundo a data da produção do material, aponta que os dados do início do século XIX permitem notar uma queda da próclise a V2 em relação ao período anterior. A preferência, na amostra, é pela colocação da próclise a V1, especialmente quando na presença de elementos ditos "atratores". Contudo, a autora enfatiza que a variante inovadora se faz presente de modo mais efetivo na amostra do "interior", que configura quase o dobro da mesma variante na amostra "cultura". Com relação aos dados de ênclise, tanto a V1 quanto a V2, é possível constatar um aumento durante o século XIX, de modo mais efetivo quando adjungido ao verbo principal.

Destaca-se, entretanto, que, em análise a partir do ano de nascimento de cada autor, o período anterior ao século XIX indica um aumento da variante proclítica a V2, que se mantém no século em questão. Além disso, os dados apontam a estabilidade da próclise a V1 (considerando-se que na maioria dos casos há a presença de elementos de atração pronominal e, excetuando-se os contextos de início absoluto de período da análise), que consta como variante preferencial na amostra apresentada por Carneiro (2005), consoante aos resultados revelados nos trabalhos dos autores supracitados.

Martins (2009) avalia que, nos séculos XIX e XX, os padrões de ordenação do clítico na escrita refletem um quadro complexo, já que, nos textos de autores nascidos no século XIX, esses padrões seguem, ao mesmo tempo, os instanciados (i) pela gramática do Português Clássico, tendo em vista os casos de interpolação, já mencionados por Pagotto; (ii) pela gramática do PB, como o uso da próclise a VP (não-finito); e, ainda, (iii) pela gramática do PE, considerando-se os registros de ênclise, em início absoluto ou após elementos não considerados “atratores”. A instabilidade dos padrões apontados gera, segundo o autor, o fenômeno da hipercorreção em grande parte dos textos do século XIX. Quanto à avaliação dos dados do século XX, não se registram casos de interpolação e ateste-se o aumento gradativo no uso da próclise a V1 (normalmente na presença de elementos “atratores”) e da próclise a V2 (verbo não-finito), o que revelaria uma estabilização nos padrões da gramática atual do PB e uma menor influência da norma europeia, quanto ao uso da ênclise.

Para o autor, os resultados confirmam a teoria proposta por GBPS (2005) e Carneiro (2005), de que os padrões de ordenação dos clíticos refletem uma competição de três gramáticas do Português: o Português Clássico, o Português do Brasil e o Português Europeu.

Em consonância aos resultados já expostos, Nunes (2009) observa, a partir da análise de dados da escrita (em editoriais, anúncios e notícias) dos séculos XIX e XX, a predominância da variante proclítica ao verbo auxiliar no decorrer de todo o século XIX, especialmente quando se dava o contexto da atração pronominal ou em estruturas com o auxiliar expresso pela voz passiva de “ser”, seguida da variante enclítica ao complexo verbal, principalmente em início absoluto de oração, contexto em que não foram registrados casos da variante proclítica a V1. No início do século XX, os índices da variante proclítica a V1 ainda são elevados, mas começam a dar lugar ao uso da variante enclítica a V2, que se estabiliza ao longo do século. Nas últimas décadas do século XX, os dados do PB revelaram maior registro da variante proclítica a V2, tendência que destoa integralmente das escolhas do PE.

Cassimiro (2010) toma por base a análise de dados coletados em contos e romances dos séculos XIX e XX, no PB e no PE. A autora apresenta que, em construções com auxiliar + gerúndio, incluindo contextos de início absoluto de oração, a variante proclítica a V2 é a preferida no PB, seguida da ênclise a V2, enquanto a variante enclítica a V1 é a opção mais frequente no PE, que não empregou a variante dita inovadora diante do gerúndio. Segundo Cassimiro, os “atratores” prototípicos não atuaram de forma rigorosa diante da estrutura auxiliar + gerúndio, com exceção dos elementos subordinativos, que condicionaram a próclise a V1 na maior parte dos dados.

Com base nos dados de auxiliar + participio, revelam-se mais semelhanças do que diferenças entre PB e PE; ambas as variedades não empregaram a ênclise ao participio e a adjacência do clítico a V1, mais fortemente em próclise e seguido da ênclise, foi uma tendência observada nos textos europeus e brasileiros. Os casos de próclise a V1 ocorreram majoritariamente condicionados por elementos “atratores”, enquanto a ênclise a V1 tendeu a figurar em contexto de início absoluto de oração nas duas amostras. Ao contrário do exposto nos demais contextos, a colocação pronominal com auxiliar + infinitivo – que configura a maior quantidade de dados da amostra – revelou preferência pela variante enclítica a V2, em ambas as variedades, incluindo os contextos de início absoluto de oração, no qual também se registrou a variante proclítica a V2 no PB, e enclítica a V1 no PE, o que esboça a diferença entre as variedades.

Com base no refinamento dos resultados a respeito especificamente do clítico “se”, pautando-se no complexo verbal formado pelo auxiliar + infinitivo (estrutura mais produtiva da amostra), a colocação pronominal no PB aponta a preferência pela ligação do “se” reflexivo/inerente em ênclise a V2, enquanto o “se” indeterminador/apassivador se encontra ligado em próclise a V1, em praticamente 60% das ocorrências nos dois casos. Ao que parece, confirma-se a ideia apresentada em Pagotto (1992) de que, no PB, o “se” reflexivo/inerente costuma estar ligado ao verbo que lhe confere papel semântico.

Em linhas gerais, cada estudo permite sintetizar que o padrão de uso no século XIX na escrita do PB era o emprego preferencial da próclise ao verbo auxiliar, considerando-se, especialmente, o contexto de atração pronominal, que atuava fortemente na escrita da época em questão, mas já havia registros da variante proclítica ao verbo principal, que começou a ser mais efetivo a partir do século XX.

2.3 - O Português dos séculos XIX e XX: O Português Europeu

O trabalho de Lobo (2001), que analisa cartas particulares produzidas por portugueses no Brasil durante o século XIX, apresenta como variantes preferenciais o uso da próclise ao verbo auxiliar em 60% do *corpus*, seguida da variante enclítica ao verbo principal. O fato mais importante destacado pela autora é que, no século XIX,

também na escrita de portugueses, havia registros da variante proclítica a V2 em três dados das 103 ocorrências analisadas no PE. Como se trata de uma escrita portuguesa produzida no Brasil, pode ter havido uma influência brasileira nas cartas desses europeus, tendo em vista que esta não seria uma norma genuinamente europeia.

Contemplando-se dados dos séculos XIX e XX, Nunes (2009) observa, a partir da escrita, as mesmas tendências apontadas por Lobo quanto à preferência pela próclise ao complexo verbal, normalmente condicionada à atração das partículas de negação ou outros elementos tipicamente “atratores”, seguida da ênclise a V2. Destaca-se, contudo, que essa predominância apresenta queda a partir do início do século XX, dando espaço ao aumento da variante enclítica a V2. Quanto à variante enclítica a V1, registra-se um suave aumento no século XX. A variante proclítica a V2 apresenta apenas um registro no século XIX e dois registros no século XX, em dados de início absoluto de oração. Excetuando-se tais contextos iniciais, registrou-se apenas um dado da próclise a V2 no século XIX e 4 desses dados no século XX, número reduzido se comparado aos resultados do PB. Ressalta-se que, em ambos os séculos, a variante V1 (X) cl V2 apresenta um elemento interveniente, formada pelos modais “ter” e “haver” como auxiliar, em construções com “de/que”, que funcionam como “atrator”. Dessa forma, o tipo de ocorrência no *corpus* europeu pode explicar a não inserção do hífen, que não se assemelha ao que ocorre no *corpus* brasileiro, em que se dá, de fato, a variante V1 cl V2, mesmo sem interferência de qualquer elemento interveniente.

Destaca-se, quanto ao tipo de “se”, que o indeterminador/apassivador favorece a ligação ao auxiliar nos dois séculos em questão no PE. O uso do “se” reflexivo/inerente se divide no século XIX entre as variantes pré e pós-CV, enquanto no século XX tende a se colocar prioritariamente enclítico a V2. Nunes aponta, por meio de sua análise, que o “se” reflexivo/inerente é o que mais favorece a variante pós-CV e o que mais desfavorece a variante proclítica, quando comparado aos demais clíticos. Cassimiro (2010) permite observar semelhanças entre os dados literários do PB e do PE, especialmente na preferência por determinada variante, tomando-se por base o tipo de “se”. Por exemplo, assim como na análise apresentada para o PB, os dados do PE apontam que o reflexivo/inerente é utilizado preferencialmente em ênclise a V2; por outro lado, o indeterminador/apassivador se encontra majoritariamente em próclise a V1 nos séculos XIX e XX. A diferença mais significativa entre as duas variedades é que no PB a variante proclítica a V2 é registrada em 19% das ocorrências de “se” reflexivo/inerente e 14% de “se” indeterminador/apassivador, em contextos morfossintáticos diversos, enquanto no PE esta variante é pouquíssimo utilizada, em torno de 5% dos dados de “se” reflexivo/inerente, representados por dois dados – com elemento interveniente ao complexo verbal do tipo “de/que” – e nenhum registro com o indeterminador/apassivador.

Em linhas gerais, os estudos demonstraram que a escrita é uma modalidade que aproxima as normas brasileira e europeia, principalmente no século XIX, época em que a norma brasileira se pautava em uma espécie de padrão europeu que lhe servia de modelo. No decorrer do século XX, as diferenças começam a se manifestar um pouco mais, especialmente quando o PB se mostra inovador quanto ao uso da variante proclítica a V2, que se manifesta em diferentes contextos não só em dados literários, mas também em dados jornalísticos, ainda que com menor produtividade. O PE não demonstra a mesma tendência, já que os dados estão condicionados ao contexto morfossintático, como quando se emprega a próclise a V1, atrelada a elementos “atratores”, ou na posição anterior a V2, influenciada por algum elemento interveniente ao complexo verbal (cf. NUNES, 2009).

3. Análise contrastiva entre os padrões de colocação do “se” em complexos verbais nas escritas brasileira e europeia

A presente seção visa a comparar os padrões de colocação do “se” nas estruturas com complexos verbais na escrita do PB e do PE, viabilizados a partir dos dados coletados e tratados metodologicamente. Em seguida, expõe-se a análise dos principais resultados da pesquisa. Para análise dos resultados, optou-se por apresentar os dados pela variante proclítica ao complexo verbal, tendo em vista que a variável dependente pode ser ternária, no PE, e até quaternária no PB.

Comparação entre os padrões de colocação do “se” em complexos verbais nas escritas brasileira e europeia

Apresenta-se, aqui, uma síntese comparativa entre a escrita no Brasil e em Portugal, a respeito da ordem do “se” em complexos verbais. De antemão, destaca-se a existência de uma regra variável refletida no comportamento dos dados, em que se verifica o registro de quatro variantes para o Brasil (cl V1V2, V1-cl V2, V1 cl V2 e V1V2-cl) e de três para Portugal (cl V1V2, V1-cl V2 e V1V2-cl), ainda que com frequências diferentes.

Cabe observar que a modalidade escrita da língua portuguesa apresenta mais aspectos de aproximação do que de afastamento entre as normas brasileira e europeia no que tange à ordem do “se” em construções com complexos verbais na amostra. Primeiramente, os resultados da pesquisa evidenciaram que, em início absoluto de período/oração, não se registra a próclise a V1. Emprega-se como estratégia, no referido contexto, a ênclise a V1, um pouco mais produzida na amostra brasileira, e a ênclise a V1 e a V2 distribuídas em equilíbrio na europeia. Outra semelhança encontrada por meio da observação dos dados diz respeito à não utilização da ênclise a construções com o particípio. Registraram-se, assim, altíssimos índices de próclise a V1 com os dois tipos de “se” no referido contexto.

Na particularização da análise por tipo de “se”, observam-se semelhanças e diferenças entre as duas variedades, a saber: (i) o indeterminador tende a se adjungir a V1, enquanto o reflexivo tende a se adjungir a V2 nas duas amostras; (ii) apesar de as duas amostras se apresentarem sensíveis ao tipo de “se” na escolha da ordem pronominal em complexos verbais, o efeito “proclisador” – que não se aproxima do categórico em qualquer das amostras – ocorre em quantidade de ocorrências um pouco maior nos dados europeus, especialmente no século XX. No caso das duas amostras, comparado ao indeterminador, o reflexivo apresenta-se menos sensível aos contextos de atração, priorizando a adjacência a V2. A diferença mais nítida entre PB e PE, nesse contexto, é que o PB registra, nas últimas fases do século XX, um aumento da próclise a V2, enquanto o PE, além de não empregar tal variante e priorizar a ênclise a V2 com ou sem a presença de “proclisadores”, registra maior número de ocorrências de “se” reflexivo anteposto a V1 do que na amostra brasileira.

Vale ressaltar, então, a respeito dos contrastes entre as duas variedades, que o principal aspecto diferenciador reside no fato de a variante proclítica a V2 não ser registrada na amostra europeia, o que confirma não ser esta uma variante natural em textos portugueses, assim como não o é na fala, conforme demonstram os estudos de Vieira (2011). O clítico apenas se posiciona à esquerda de V2 quando o complexo é composto por uma preposição/conector entre as duas formas verbais, elemento que funciona, então, como uma espécie de “proclisador”. Já com relação aos dados da amostra brasileira, a próclise a V2 figura não apenas nos contextos com preposição/conector integrante ao complexo verbal. Tal resultado fica ainda mais evidente nas últimas fases do século XX, em que a escrita brasileira, ao que tudo indica, passa a assumir esse padrão proclítico, natural na fala vernacular (CORRÊA, 2012).

Confirmando as hipóteses, os resultados dos dados de indeterminador também nos contextos de verbo não inicial não permitem postular quaisquer distinções entre as normas da escrita brasileira e europeia, conforme sistematizado nos próximos gráficos da subseção. Tal clítico tende a figurar adjacente a V1, mas raramente em ênclise. No PB, tal variante costuma ser registrada em uma construção particular do “se” inserido no complexo verbal do tipo “modal” + infinitivo. O ambiente, portanto, em que a ênclise a V1 sobrevive na escrita brasileira parece funcionar como uma espécie de fórmula (“assim pode-se fazer...”).

Por outro lado, a partir dos resultados obtidos para o “se” reflexivo, evidenciam-se as diferenças entre as amostras analisadas. Nos dados brasileiros, consoante a tendência geral desse clítico a se ligar a V2, o reflexivo figura em próclise nas últimas fases do século XX, principalmente na fase 7 (1975-2000), único período em que o índice de próclise a V2 supera o da ênclise a V2. Já a amostra europeia – que não realiza qualquer ocorrência da variante inovadora brasileira – apresenta altos índices de ênclise a V2, que concorre com a próclise a V1, esta revela um pouco mais de atuação do “proclisador” se comparada aos resultados da amostra brasileira, principalmente no século XX, mesmo assim, não tão efetiva quanto com o indeterminador.

A análise em função da época da publicação, bem como de alguns contextos linguísticos, mostrou-se bastante produtiva para o debate do tema, principalmente a respeito das diferenças gramaticais entre PB e PE. Estas e outras particularizações serão sistematizadas conforme a especificação de cada contexto investigado nas próximas subseções. Dessa forma, julga-se importante apresentar a síntese dos resultados conforme a distribuição dos dados de “se” indeterminador/apassivador e de “se” reflexivo/inerente, buscando-se comparar como se deu particularmente a distribuição da próclise a V1 na escrita brasileira e na europeia, conforme as fases analisadas, pelos contextos linguísticos que demonstraram influências na ordem do “se”, a saber: início absoluto de período/oração, contexto sem “proclisador”, contexto com “proclisador”.

Optou-se por não apresentar aqui os resultados da colocação pronominal em estruturas com V2 no gerúndio ou no particípio, devido à baixa produtividade na amostra em comparação aos dados de infinitivo.

Comparação entre a distribuição do “se” com VP no infinitivo nas amostras brasileira e europeia

a) A ordem do “se” indeterminador/apassivador com VP no infinitivo nas duas amostras

A função do “se” demonstrou importante papel na pesquisa, tendo em vista que, a partir da análise em separado do indeterminador e do reflexivo, foi possível realizar com segurança o tratamento contrastivo das duas amostras. As investigações com base em produções do início do século XIX até fins do século XX indicam que é a partir da análise do uso do “se” indeterminador, especialmente, que as semelhanças entre as escritas brasileira e europeia se evidenciam, diferentemente das tendências observadas sobre o reflexivo, conforme já havia sugerido Schei (2003). Pode-se dizer que a próclise do indeterminador a V1 figura nos textos jornalísticos brasileiros até a última década do século XX com a frequência semelhante à do início do século XIX. Além disso, a frequência do uso da próclise aproxima-se muito da registrada na variedade europeia, principalmente diante da presença do elemento “proclisador”, conforme se observa nos gráficos abaixo.

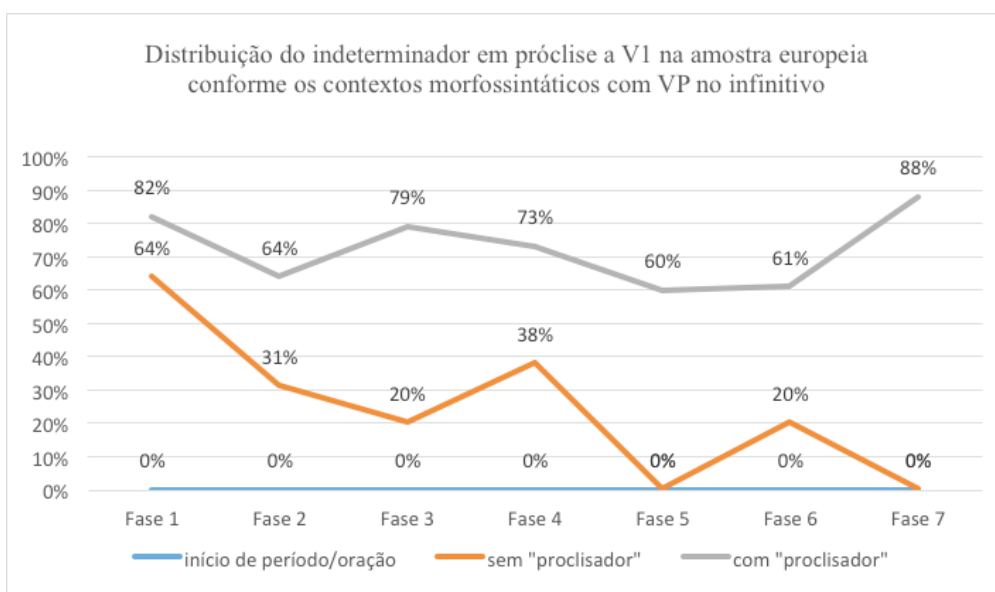


Gráfico 01. Distribuição do “se” indeterminador em próclise a V1 na amostra europeia conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

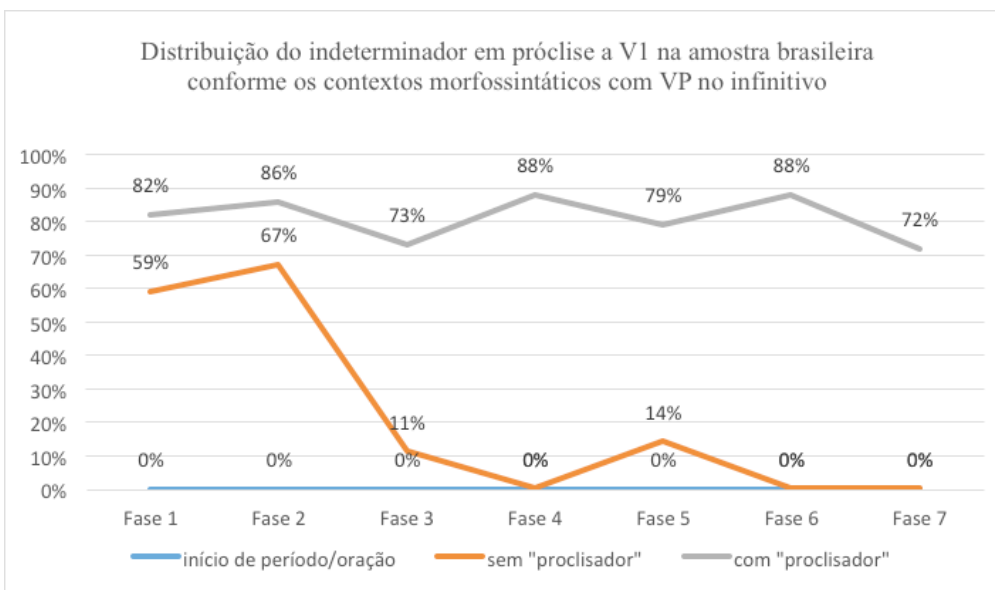


Gráfico 02. Distribuição do “se” indeterminador em próclise a V1 na amostra brasileira conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

Primeiramente, registra-se a ausência de dados em próclise a V1 em posição inicial de período/oração nas duas amostras analisadas. Em segundo lugar, identificam-se altos índices de próclise a V1 diante de contextos com “proclisadores” tanto na escrita brasileira quanto na europeia, mas ressalte-se que, em nenhuma fase, a frequência da próclise foi categórica. Observa-se, ainda, especialmente a partir das primeiras fases do século XX – época em que a norma escrita brasileira tende a seguir o padrão europeu como modelo –, que os índices da variante cl V1 V2, mesmo sem o elemento “proclisador”, se mostraram bastante elevados. O resultado parece demonstrar uma preocupação excessiva no registro do protótipo europeu, o que acaba por gerar índices de próclise do “se” indeterminador a V1 mais altos do que os verificados na amostra de Portugal.

Nos textos europeus, ao longo da fase 1 (1808-1840), registra-se, também, um alto índice de próclise a V1 mesmo diante de um contexto, aparentemente, sem elemento “proclisador”, o que chama atenção por não haver necessariamente um item linguístico para licenciar a próclise, além de o verbo principal estar no infinitivo, o que costuma favorecer a ênclise a V2. Ao que tudo indica, o início do século XIX pode, ainda, conter certo resquício do padrão gramatical do século anterior que, conforme apontado por Pagotto (1992) a respeito dos usos praticados pelos portugueses recém-chegados ao Brasil, era preferencialmente proclítico em contextos com ou sem “atratores”. Seguem alguns exemplos da amostra que ilustram essa tendência: “*Os Planos do regulamento interno se podem procurar no mesmo Colégio*” [Amostra europeia – anúncio fase 1] e “*As assignaturas se podem fazer no Escritorio dos Redactores, rua nova do Almada*” [Amostra europeia – anúncio fase 1]. Ambos os exemplos, extraídos de anúncios, ilustram um caso bastante comum da próclise a V1, no início do século XIX, diante de um ‘argumento interno anteposto’, que pareceu funcionar, na amostra coletada, como “proclisador”. Dessa forma, a análise aponta que, talvez, o melhor seria ter amalgamado o ‘argumento interno anteposto’ junto aos elementos “proclisadores” e não tê-lo considerado como um simples SN sujeito, que, de fato, não demonstrou qualquer efeito proclisador na pesquisa.

De maneira geral, as tendências verificadas nas amostras brasileira e europeia quanto ao uso do indeterminador com o infinitivo como V2 são bastante semelhantes, com exceção da fase 4, período que compreende o espaço de tempo entre 1901-1924. A próclise do indeterminador a V1 em contextos supostamente sem elementos “proclisadores”, nesse período, não é registrada no Brasil; já em Portugal chega a 38%. Destaca-se a importância do período em questão, no sentido de propiciar a concretização do efeito proclisador na escrita brasileira, supostamente modelar na europeia. Ao fim de tal período, a Semana de Arte Moderna no Brasil, momento da história em que o país tentava romper com os modelos importados de Portugal, não foi suficiente para alterar o padrão adotado para o “se” indeterminador na escrita brasileira, que efetivamente apresenta comportamento particular na escrita e em nada revela qualquer alteração gramatical brasileira³, até mesmo no que tange ao emprego da próclise a V2, que raramente figurou com o indeterminador na amostra.

Observem-se os dados de reflexivo dos gráficos abaixo, em que se ressaltam as principais diferenças entre as escritas do Brasil e de Portugal, quanto ao fenômeno da ordem.

b) A ordem do “se” reflexivo/inerente com VP no infinitivo nas duas amostras

Saliente-se que as duas amostras sob análise se mostraram sensíveis quanto ao tipo de “se” para o fenômeno da ordem pronominal em complexos verbais, mas de forma um pouco mais discreta na escrita europeia. Cabe observar que, de maneira geral, a próclise a V1 não se relaciona, em primeiro plano, aos contextos de “atração”, mas ao tipo de “se”, de forma mais evidente na escrita brasileira do século XX, conforme se verifica nos gráficos a seguir.

³ Sem dúvida, observa-se a preferência vernacular brasileira por outras estratégias de indeterminação, não encontradas amplamente nos textos jornalísticos. Tais estratégias não serão apresentadas ou discutidas neste artigo por não constituírem objeto de estudo da pesquisa.

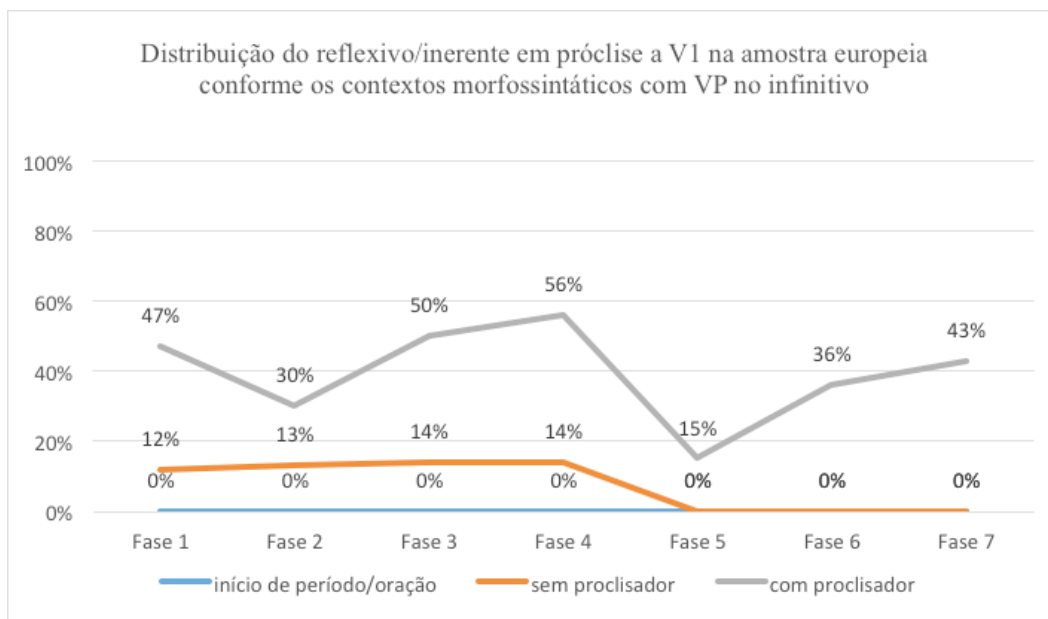


Gráfico 03. Distribuição do “se” reflexivo/inerente em próclise a V1 na amostra europeia conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

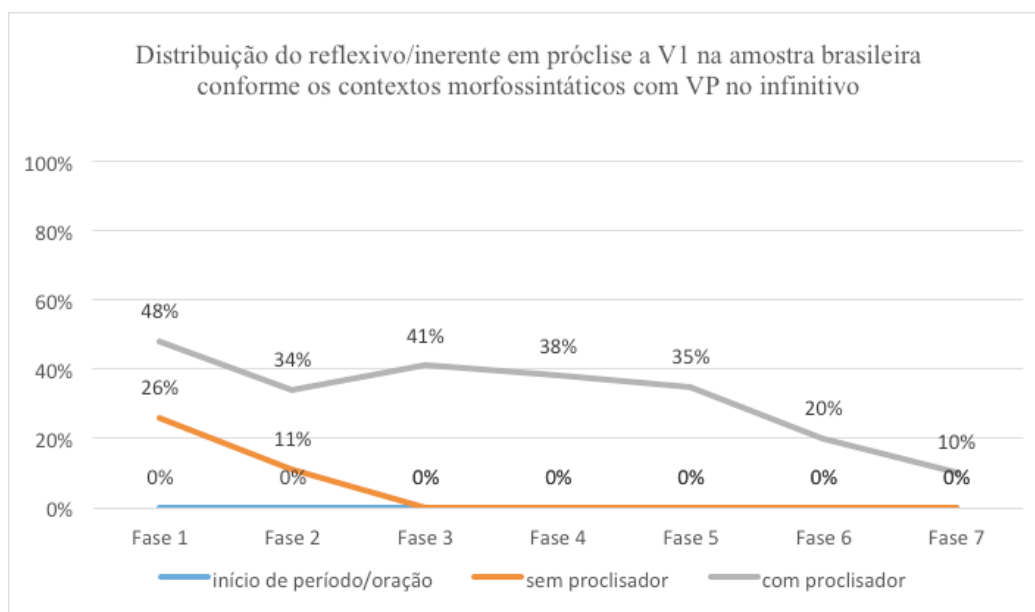


Gráfico 04. Distribuição do “se” reflexivo em próclise a V1 na amostra brasileira conforme os contextos morfossintáticos de colocação do clítico com o verbo principal no infinitivo.

A distribuição do “se” reflexivo evidencia a diferença na história das normas brasileira e europeia, especialmente acentuada no século XX, a partir do período modernista no Brasil.

No início do século XIX, o maior número de dados de próclise do reflexivo a V1 em contextos de verbo não inicial, independentemente da presença de “proclisador”, constitui, ao que tudo indica, a tendência da escrita do período, que registraria possivelmente os usos preferenciais do século anterior. Do século XIX em diante, é preciso observar o que acontece em cada amostra.

É interessante notar que a linha do reflexivo em próclise a V1 na presença de “proclisador”, no gráfico da amostra brasileira, se apresenta em queda, gradualmente, ao longo das fases analisadas, especialmente da fase 4 (1901-1924) em diante – período em que o brasileiro parece começar a admitir uma norma mais particular, sem a preocupação de seguir os modelos europeus – até chegar ao índice de 10% de próclise a V1 na última fase do século XX. Importa lembrar que, ao passo que a referida variante decrescia, a próclise a V2 ganhava espaço na amostra

brasileira, o que ilustra que brasileiros e portugueses traçaram caminhos diferentes, particularmente ao longo de todo o século XX, no que se refere à colocação do reflexivo, o que se ratifica na contrastante marca de 43% de próclise a V1 diante de “proclisador” na amostra europeia da fase 7 (1975-2000) *versus* 10% de próclise a V1, no mesmo contexto descrito, na amostra brasileira. Fica refletido, aqui, o que se costuma considerar a diferença gramatical entre o PB e o PE vernaculares contemporaneamente: os dados de reflexivo em próclise a V1 – pouco naturais para falantes brasileiros – são raros inclusive na escrita do fim do século XX.

No que tange ao contexto sem “proclisador”, os dados coletados nos textos brasileiros e portugueses praticamente não registram a próclise a V1. Os textos europeus empregam a variante em poucos dados até a fase 4 (1901-1924). A amostra brasileira a partir da segunda fase (1841-1870) não registra dados da variante sem que haja “proclisador”. Esse resultado na realidade pode revelar, a depender do período em questão, motivações diferentes. Na passagem do século XIX ao XX, a recusa da variante pode estar relacionada ao propósito de seguir o suposto protótipo europeu, de fazer a próclise apenas em contextos com “proclisador”, mesmo quando se tratasse de um clítico reflexivo. Após a fase 4, a recusa da variante cl V1 V2 em contextos sem “proclisador” e seu decréscimo em contextos com “proclisador”, em conjunto, estariam relacionados à entrada da próclise a V2 na escrita brasileira. Saliente-se, pois, que a variante mencionada foi quase exclusivamente registrada com o reflexivo.

Conclusão

Após o levantamento cuidadoso de diversas obras relacionadas à colocação pronominal, ponderou-se que elas apresentam perspectivas que não dão conta, suficientemente, da história da ordem do “se”, tendo em vista que a maioria não se detém, especificamente, nos contrastes do indeterminador/apassivador e do reflexivo/inerente em termos diacrônicos. Além disso, os trabalhos consultados dificilmente analisam comparativamente as normas brasileira e europeia a partir da colocação do “se” em estruturas verbais complexas. Embora de forma pouco detalhada e sem propor análises históricas independentes por tipo de “se”, muitas vezes pelo fato de esse propósito não configurar o foco da pesquisa, alguns trabalhos, entretanto, observaram que a colocação do “se” denotava padrão diferente do observado para os demais clíticos – como Pagotto (1992), Vieira (2002), Schei (2003), e Nunes (2009). Sendo assim, desenvolveu-se o presente estudo, cujos resultados ora se destacam, na tentativa de preencher as lacunas sobre o assunto e, assim, contribuir para o conhecimento da história do Português.

A questão central da investigação estabeleceu-se a partir da necessidade de verificar se as variedades brasileira e europeia da língua portuguesa apresentam trajetórias diferentes, ao longo dos séculos XIX e XX, quanto ao emprego do “se” em complexos verbais. Limitados à observação de dados em editoriais, notícias e anúncios, que são fortes representantes do padrão culto escrito, os resultados obtidos permitiram, em primeiro plano, postular as normas praticadas nas amostras brasileira e europeia, as quais em alguma medida (mas nem sempre) puderam sugerir as mudanças gramaticais por que passaram o Português do Brasil e o Português de Portugal. Em outras palavras, embora os fatos a que se teve acesso fossem objetivamente “fatos de norma”, em alguns casos eles revelaram as particularidades apontadas, especialmente em estudos que se ocupam da variação paramétrica, como pertencentes a uma gramática e não a outra.

Estabeleceram-se as diferenças e semelhanças entre as amostras brasileira e europeia, em função das distintas naturezas do “se”, que se mostraram bastante reveladoras para o tratamento diacrônico da ordem do clítico nas estruturas verbais complexas.

De fato, as variedades brasileira e europeia apresentam duas histórias distintas quanto à colocação do pronome em complexos verbais para cada tipo de “se”. Enquanto com o reflexivo os textos brasileiros demonstram o que outros estudos assinalam como uma mudança particular, não se verifica o mesmo com o indeterminador. Os resultados confirmam que a variedade brasileira, especificamente, passou da próclise a V1 (no chamado Português Clássico – cf. GBPS, 2005; MARTINS, 2009) para um sistema com atenção vacilante à presença do elemento “proclisador”, especialmente a partir do final do século XIX, época em que se instituiu uma norma inspirada no modelo europeu, até chegar à preferência pela próclise a V2. Fica evidente que a tendência descrita ocorre primordialmente com o reflexivo, embora a escrita jornalística só demonstre assumir discretamente esse padrão brasileiro a partir do modernismo. Na última fase do século XX (1975-2000), essa variante substitui a preferência que havia pela ênclise a V2 – enquanto a ênclise a V1 chega a desaparecer na amostra e a próclise a V1 apresenta um forte declínio.

Por outro lado, tanto nos textos brasileiros quanto nos europeus, o indeterminador permanece adjacente a V1 em grande parte dos dados, até o final do século XX, o que sugere que as trajetórias dos dados brasileiros e europeus para o fenômeno da ordem em complexos verbais se assemelham ao longo do período analisado. A maior parte dos registros nas duas amostras é da ligação do clítico ao verbo (semi)auxiliar, principalmente em próclise. Essa tendência parece tão forte na primeira fase do século XIX, como um provável resquício do Português Clássico do século XVIII, que as ocorrências figuram até mesmo sem a presença de um “proclisador” prototípico, em ambas as amostras. Além disso, os resultados indicaram, na amostra brasileira, que o indeterminador ainda sobrevive em contextos bastante específicos como nas construções com “modais” + infinitivo, especialmente enclítico, tal como uma fórmula (*deve-se dizer*), quando em início absoluto de período/oração. Este último caso ilustra que a modalidade escrita, em especial a jornalística, apresenta algumas estruturas particulares que retratam a manutenção de um padrão normativo, que tomaria por base um suposto modelo europeu presente em descrições tradicionais e ainda em muitos compêndios didáticos. Esse resultado mostra-se muito afastado do que se verifica na norma vernacular brasileira (cf. CORRÊA, 2012), cujas tendências se apresentam, ainda que discretas, na fase 7 (1975-2000) da amostra coletada neste trabalho.

As semelhanças já apontadas entre as duas amostras (especialmente quanto ao comportamento do “se” indeterminador) podem ser sistematizadas da seguinte forma:

<i>Semelhanças entre as amostras brasileira e europeia</i>
Em contexto de início absoluto de período/oração, não houve registros de próclise a V1.
A próclise a V1 é a variante preferencial com o indeterminador, enquanto a ênclise a V2 é a variante preferencial com o reflexivo.
O “se” indeterminador parece mais sensível à atuação do elemento “proclisador” do que o “se” reflexivo.
Os padrões brasileiro e europeu detectados a partir do quantitativo geral dos dados são muito parecidos, com registros da alternância entre as variantes próclise a V1 e ênclise a V2.

Quadro 01. Sistematização das principais semelhanças entre as amostras brasileira e europeia segundo o fenômeno da colocação pronominal em estruturas verbais complexas.

No comportamento geral das amostras, o “proclisador” exerce maior atração sobre o indeterminador, que tende a figurar em próclise a V1. O efeito proclisador é mais brando com o reflexivo (que apresenta a ligação a V2 como tendência) nas duas amostras, deixando quase de existir na escrita brasileira do fim do século XX, ao contrário da escrita europeia, que registra a próclise a V1 em expressivo número de dados.

As alterações no padrão de colocação, especificamente do “se” reflexivo, diferentemente do “se” indeterminador, constituem indícios de uma mudança que se opera na própria norma brasileira, que, ao que parece, de um modelo inspirado na norma europeia passa, ainda que discretamente a partir do Modernismo, a concretizar o que diversos estudos indicam ser a opção gramatical (paramétrica) brasileira de colocação. Em toda a amostra, o reflexivo tende a se colocar adjacente a V2, preferencialmente em ênclise no século XIX, em que a proposta de se basear em um modelo europeu ainda era muito forte. Por outro lado, ao longo do século XX, essa preferência diminui gradativamente e cede lugar à variante proclítica a V2, tida como inovação brasileira.

Assim, os resultados relativos ao clítico reflexivo vão ao encontro do que apontou Martins (2009) a respeito das principais diferenças entre PB e PE. Ao longo do século XX, parece haver, aos poucos, a construção de dois padrões distintos entre Brasil e Portugal, que parecem se consolidar no final do período (1975-2000). Ressalta-se que a próclise a V2 é considerada uma inovação pelo fato de não ser naturalmente registrada nem na amostra europeia nem em outras línguas românicas. Como o presente estudo demonstrou, o único ambiente linguístico, na variedade europeia, em que se encontra V1 (x) cl V2 refere-se ao complexo verbal formado por uma preposição/conector interveniente, que exerce função de “proclisador” interno à construção. Nos textos brasileiros, isso não é uma condição para figurar a próclise a V2, que se encontra até mesmo “solta” entre as duas formas do complexo verbal (ex.: *Um diretor da empresa, que não quis se identificar para a reportagem, declarou que o seguro indenizaria as famílias das vítimas, | bem como as despesas de hospi- | talização.* [Amostra brasileira – anúncio fase 7]).

Se, de um lado, é interessante notar que, no fim do século XX, o padrão de colocação pronominal em complexos verbais da fala brasileira – que admite a próclise sobretudo dos reflexivos a V2 e não se submete a efeito de partículas proclisadoras – pode ser observado na escrita jornalística, o padrão culto escrito apresenta, de outro lado, dados que não revelam as transformações ocorridas na fala. A partir da análise da amostra, nota-se que a modalidade escrita é completamente diferente da oral, no que tange à norma vernacular brasileira. O início absoluto de oração/período constitui claro contexto da distinção fala X escrita: nenhum dado, nem mesmo na última fase do século XX, apresenta próclise a V1 e há ampla preferência pela ênclise a V1 ou a V2. O indeterminador, além de ainda ser registrado nos textos jornalísticos escritos no Português do Brasil até os dias atuais, mantém praticamente os mesmos padrões de colocação pronominal registrados no Português Europeu, o que demonstra que a modalidade escrita não revela as diferenças entre as duas variedades, quanto a esse clítico. Contudo, é na fala que se manifestam integralmente tais distinções entre PB e PE. Conforme apontam os resultados de Corrêa (2012), a preferência pela próclise a V2 na fala carioca fica muito próxima a índices categóricos, independentemente dos contextos morfossintáticos, ao ponto de a própria autora questionar a existência de uma regra variável do fenômeno em questão nessa modalidade. É importante ressaltar que a pequena alternância de formas se deu exclusivamente com os poucos dados de “se” indeterminador, pouco produtivo na modalidade oral brasileira, em construções do tipo “não se pode fazer”.

Sabe-se que outro ponto de afastamento entre PB e PE reside nos resultados a respeito das lexias verbais simples, que apresentam uma realidade completamente distinta da observada nos complexos verbais. As motivações linguísticas que influenciam a colocação pronominal em estruturas verbais complexas são bastante diversas das referentes à ordem dos clíticos em lexias verbas simples e, por isso, não devem ser tratadas como parte de um mesmo fenômeno linguístico com características iguais. Nesse ponto, aliás, saliente-se a pouca atenção, ou, praticamente, a omissão do tratamento da gramática tradicional sobre o fenômeno da ordem dos clíticos nos complexos verbais. Um exemplo do caso é o fato de os compêndios gramaticais aludirem genericamente aos mesmos fatores de “atração” pronominal para os contextos de lexias verbais simples e de lexias verbais complexas. Na verdade, este artigo aponta que, nem mesmo na escrita europeia, o efeito proclisador sequer se aproxima do categórico nos complexos verbais com quaisquer dos tipos de “se” em contextos de atração – principalmente com o reflexivo, o que demonstra um padrão bastante diferente do que deve ser descrito para as lexias verbais simples. Assim sendo, a generalização usualmente feita de que a escrita brasileira se pauta no modelo europeu inspirador da descrição tradicional não se aplica verdadeiramente ao caso dos complexos verbais, em que efetivamente ocorre nos dados escritos europeus uma situação de variação entre a próclise ou ênclise a V1 e a ênclise a V2, mesmo na presença de elementos proclisadores.

A análise de Martins (2009) corrobora a ideia de que há duas realidades diferentes entre a colocação pronominal nas lexias verbais simples e nas complexas. O estudo revelou que o Português do Brasil, com base em textos de peças teatrais, demonstrou forte padrão de próclise, nas lexias verbais simples, por exemplo, que aumenta gradativamente com o passar das décadas até o século XX, enquanto os índices do PE atingem níveis quase categóricos de ênclise, especialmente quando não há presença de elemento “proclisador”. Ressalte-se que, a partir das análises apresentadas na presente pesquisa, os elementos preponderantes para a colocação pronominal nas estruturas verbais complexas são relativos ao tipo de verbo principal e ao tipo de “se”, nas duas variedades, enquanto nas lexias verbais simples, conforme diversas pesquisas já mencionadas apresentaram, a motivação para a ocorrência da próclise e da ênclise se dá pela presença/ausência e a natureza do elemento “proclisador”, em particular na escrita do Português Europeu.

O presente estudo demonstra que a escrita, consoante o que se idealiza como padrão culto, tende a ser niveladora das normas brasileira e europeia, especialmente na passagem do século XIX ao XX, de modo que não manifesta óbvias diferenças entre elas, mesmo no que se refere à ordem do “se” reflexivo, o que tende a paulatinamente se alterar ao longo do século XX. Como se apresentou, em contexto de início de período/oração, não se observam parâmetros diferentes de colocação entre as duas variedades, nem mesmo na última fase do século XX. Contudo, encontraram-se divergências reveladoras quanto ao uso do reflexivo no PB e no PE, que constituem, possivelmente, reflexos da evolução de gramáticas distintas quanto à ordem dos clíticos argumentais.

No início do século XIX, registrava-se maior número de dados de próclise a V1 nas duas amostras, como um possível vestígio de uma gramática antiga do Português Clássico. Passa-se a registrar a próclise a V2 somente nos dados da amostra brasileira, já no século XIX, consolidando-se no final do XX – mais fortemente no caso das construções complexas com o gerúndio. Essa alteração gramatical do PB é ratificada pelo fato de não haver qualquer caso de efetiva próclise a V2 nos dados da amostra europeia.

Quanto ao possível efeito das partículas consideradas proclisadoras, os resultados revelam que essa variável não atua categoricamente, nem em índices próximos ao categórico no caso de complexos verbais, em qualquer das duas amostras. Enquanto o indeterminador parece mais sensível à atuação desse grupo de fatores, com mais registros de próclise a V1 nas duas amostras, em todas as fases estudadas, o “proclisador” não é suficiente para exercer a atração do reflexivo, o que é ainda mais nítido nos dados brasileiros. Quanto ao PE, o efeito proclisador parece aumentar diante do reflexivo, ainda que discretamente, ao longo do século XX.

Por fim, de todo o exposto, espera-se que se tenha contribuído efetivamente para a ampliação do conhecimento da história da língua portuguesa, nas variedades brasileira e europeia, tomando por base especificamente a colocação pronominal do “se” em complexos verbais. Fica para a agenda de futuras investigações aplicar a proposta deste trabalho considerando dados de diferentes gêneros textuais, contemplando não só a escrita, mas também a fala em *corpora* sociolinguisticamente controlados, seja em perspectiva sincrônica, seja em perspectiva diacrônica. Assim, será possível confirmar e ampliar os propósitos investigativos, especialmente no que se refere aos interesses declaradamente sociolinguísticos.

Referências Bibliográficas

- CASSIMIRO, D. O. S. *Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do português literário: um estudo segundo o conjugado “Variação-Mudança & Cliticização”*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge / Mass: MIT Press, 1995.
- CORREIA, C. M. M. L. *Cliticização pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro: a interface sintaxe-fonologia*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.163-184.
- GALVES, C. M. C.; BRITTO, H. S.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Clitic Placement in 17th and 18th European Portuguese Texts: First Results from the Tycho Brahe Corpus*. p. 1-28, 1990.
- _____.; _____.; _____. The Change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, p. 39-67, 2005.
- LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.
- LOBO, Tânia *Para uma sociolinguística histórica do Português do Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- MARTINS, Marco Antonio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do Português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MATEUS, M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 7ª edição. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- NUNES, Carla da Silva. *Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- _____. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 2, p. 49-68, 1998.
- SCHEI, Ane. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- VIEIRA, M. F. *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.